

# Critérios Técnicos, Pontuações e Fundamentações – Concorrência por Técnica e Preço (Estudo Técnico SEB/MRE)

---

## 1) Justificativa da Ponderação da Técnica em 70%

Base legal: o art. 37, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 determina que os serviços mencionados nas alíneas “a”, “d” e “h” do art. 6º, inciso XVIII, cujo valor estimado seja superior ao limite legal estabelecido, devem ser contratados por melhor técnica ou técnica e preço, com 70% de valoração da técnica. A alínea “a” abrange estudos técnicos; como o objeto é estudo técnico, a valoração de 70% é obrigatória.

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:*

*a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;*

*Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:*

*§ 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:*

*II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.”*

*Justificativa técnica: por ser objeto de natureza intelectual, a vantajosidade depende da qualidade metodológica e da equipe, conforme o ETP (Seções 4.5, 4.6 e 4.9). A jurisprudência do TCU exige motivação explícita dos fatores de ponderação e análise de impactos para evitar privilegiamento indevido ou desbalanceamento entre técnica e preço.*

A equipe de planejamento da licitação, no item 8.6 do ETP, determinou as entregas mínimas da concorrência seriam as descritas abaixo. Dessa forma, as propostas e cronogramas a serem enviados pelas empresas devem cumprir as exigências estabelecidas.

ENTREGAS	DESCRIÇÃO DAS ENTREGAS	QUANT.	PRAZO TOTAL
1	Avaliação do modelo atual de operações e análise legal dos Normativos do MRE	1	3 meses
	Análise de fatores internos e externos que afetam o Transporte de Bagagem		
2	Modelagem de soluções, incluindo a divisão geográfica e possibilidade de Licitação Internacional ou no exterior (EFNY)	1	6 meses
3	Implementação da solução	1	9 meses
	Apoio técnico na confecção dos artefatos licitatórios		
4	Acompanhamento do processo licitatório	1	12 meses
	Proposta de integração dos processos licitatórios		
5	Acompanhamento da implementação da solução	1	18 meses
	Treinamento final		

Referências TCU: Acórdão 508/2018-Plenário (fundamentação dos fatores de ponderação, limite máximo de 70%); Acórdão 479/2015-Plenário (fundamentação e razoabilidade dos pesos);

## 2) Exclusão do Fator – Desempenho Pretérito (Art. 37, III)

O inciso III do art. 37 prevê pontuação por desempenho pretérito nos termos do § 3º do art. 88 e registro no PNCP. Sem regulamentação, seu uso é irregular e viola o julgamento objetivo. *Referência TCU: Acórdão 7695/2024 – Segunda Câmara (norma de eficácia limitada; vedação ao uso sem regulamentação).*

## 3) Fórmula de Julgamento e Regras de Classificação

Segundo a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, as notas de quesitos de natureza qualitativa designada por banca, compreendem:

1. a demonstração de conhecimento do objeto;
2. a metodologia e o programa de trabalho;
3. a qualificação das equipes técnicas; e
4. a relação dos produtos que serão entregues;

Ademais, o Art. 13 da mesma Instrução Normativa dita:

Art. 13. O edital de licitação deverá prever, no mínimo:

III - procedimentos de ponderação e de valoração das propostas de preço, conforme o seguinte parâmetro matemático:

$NT$  (Nota Técnica) = 0 a 100;

$NP$  (Nota de Preço) =  $(\text{menor preço} / \text{preço ofertado}) \times 100$ ;

$NF = (NT \times 0,70) + (NP \times 0,30)$ .

Regra de classificação mínima:  $NT \geq 70$  pontos (padrão mínimo de qualidade técnica).

Referência TCU para a nota de preço: Acórdão 2108/2020-Plenário – vedação a critérios que fixem preço mínimo ou neutralizem o fator preço.

#### 4) Critério: Plano de Trabalho e Metodologia (40 pontos)

Fundamento legal: art. 37, II, da Lei nº 14.133/2021 (metodologia e programa de trabalho).  
Justificativa técnica: a qualidade metodológica e a coerência do plano são determinantes para os produtos (ETP 4.5, 4.6, 4.9).

##### 4.1 Sub-questo I.A – Metodologia de execução (20 pontos)

Avalia aderência à metodologia mínima (ETP 4.5, 4.6, 4.7 e 8.6) dados; entrevistas e *benchmarking* com as áreas envolvidas; mercado/riscos; modelagem/simulação; instrumentos (TR, minutas, planilhas, matriz de riscos, ANS/KPIs); validação/transferência.

Nível	Descrição objetiva	Pontuação
Excepcional	<ul style="list-style-type: none"><li>contempla todos os itens do ETP 4.5 com técnicas claras;</li><li>define critérios de qualidade;</li><li>integra metodologia aos entregáveis (ETP 4.6/4.7/8.6);</li><li>demonstra independência e boas práticas.</li></ul>	20
Bom	<ul style="list-style-type: none"><li>contempla a maioria dos itens, com pequenas lacunas de detalhamento em simulações ou validações;</li><li>coerência geral, sem explicitar completamente critérios de qualidade ou integração total.</li></ul>	15
Satisfatório	<ul style="list-style-type: none"><li>metodologia genérica;</li><li>contempla parte dos itens essenciais (ex.: coleta de dados e <i>benchmarks</i>, mas omite modelagem ou desenho de instrumentos);</li></ul>	10

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pouca clareza sobre critérios de qualidade.</li> </ul>	
Insuficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• metodologia superficial ou incoerente;</li> <li>• sem aderência ao escopo mínimo;</li> <li>• ausência de elementos críticos (modelagem, matriz de riscos, instrumentos).</li> </ul>	5

#### 4.2 Subquestão I.B – Plano de trabalho e cronograma (20 pontos)

Avalia coerência com 18 meses (ETP 4.9 - o item 9.1 traz a tabela com os prazos): encadeamento; marcos; precedências; gestão de riscos/mudanças; apoio à fase externa.

Nível	Descrição objetiva	Pontuação
Excepcional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• cronograma detalhado;</li> <li>• marcos de entregas explícitos;</li> <li>• precedência lógica na metodologia da proposta;</li> <li>• interdependências das entregas explícitas na proposta;</li> <li>• gestão de riscos/mudanças;</li> <li>• apoio à fase externa;</li> <li>• coerência prazos–recursos.</li> </ul>	20
Bom	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proposta com cronograma consistente com marcos e sequência lógica nas entregas;</li> <li>• sem detalhamento completo de interdependências ou gestão de riscos;</li> <li>• previsão geral de <i>benchmarkings</i>;</li> <li>• menor granularidade.</li> </ul>	15
Satisfatório	<ul style="list-style-type: none"> <li>• cronograma simplificado;</li> <li>• etapas genéricas;</li> <li>• ausência de detalhamento de marcos precedências;</li> <li>• não explícita gestão de riscos ou plano de validações.</li> </ul>	10
Insuficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• cronograma incoerente/incompatível com prazo total;</li> <li>• ausência de lógica sequencial/marcos/<i>benchmarkings</i>;</li> <li>• conteúdo omissos.</li> </ul>	5

## 5) Critério: Qualificação e Experiência da Equipe Técnica (30 pontos)

Fundamento legal: arts. 37, I e II. Justificativa técnica: equipe multidisciplinar (ETP 8.7–8.9). Pontuação graduada por tempo de experiência; evitar exigências restritivas sem motivação (TCU).

Referências TCU: Acórdão 364/2020-Plenário (vedação a exigir vínculo trabalhista para pontuar); Acórdão 5233/2017-1ª Câmara (irregular pontuar empresa por profissionais no quadro sem garantir alocação);

Composição mínima (habilitatório):

- 1 Sênior Logística (≥10 anos);
- 1 Sênior Direito (≥10 anos);
- 1 Pleno TI (≥5 anos);
- 3 Plenos correlatos (≥5 anos cada).
- Demais membros: livre indicação (ETP 8.7.1).

### 5.1 Consultor Sênior em Logística – Pontuação graduada (máx. 8 pontos)

Faixa de experiência	Validação da Experiência	Pontuação
10 a 12 anos	Declarações, registros em CTPS, atestados emitidos por pessoas de direito público ou privado, certificados ou certificações, conforme tópico 5.5.	6
13 a 14 anos		7
≥ 15 anos		8

### 5.2 Consultor Sênior em Direito – Pontuação graduada (máx. 8 pontos)

Faixa de experiência	Validação da Experiência	Pontuação
10 a 12 anos	Declarações, registros em CTPS, atestados emitidos por pessoas de direito público ou privado, certificados ou certificações, conforme tópico 5.5.	6
13 a 14 anos		7
≥ 15 anos		8

### 5.3 Consultor Pleno em Tecnologia da Informação – Pontuação graduada (máx. 6 pontos)

Faixa de experiência	Validação da Experiência	Pontuação
5 a 6 anos	Declarações, registros em CTPS, atestados emitidos por pessoas de direito público ou privado, certificados ou certificações, conforme tópico 5.5.	3
7 a 9 anos		4
≥ 10 anos		6

#### 5.4 Três Consultores Plenos em áreas correlatas – Pontuação graduada (máx. 8 pontos no total)

Cada profissional será pontuado individualmente, somando-se até o máximo de 8 pontos no total.

Áreas: seguros internacionais (ICC-A), sustentabilidade (IN SLTI/MPOG nº 1/2010), comércio exterior/aduana, engenharia de transportes, governança contratual, etc.

Faixa de experiência	Validação da Experiência (por profissional)	Pontuação
5 a 6 anos	Declarações, registros em CTPS, atestados emitidos por pessoas de direito público ou privado, certificados ou certificações, conforme tópico 5.5.	1
7 a 9 anos		2
≥ 10 anos		3

#### 5.5 Validação da Experiência Profissional

a) Forma de comprovação:

- Declaração emitida pelo empregador ou contratante, com CNPJ, assinatura e período exato.
- Certidões ou atestados que comprovem a experiência anterior do licitante na execução de atividades similares ao objeto desta concorrência, em características, quantidades e prazos.
  - Podem ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que tenham contratado o licitante e, quando for o caso, emitidos pelo conselho profissional competente
- Registro em carteira de trabalho (CTPS) ou contrato de prestação de serviços.
- Certificados de conclusão de curso ou certificação técnica não substituem experiência prática, mas podem indicar início da carreira.

b) Regra de contagem:

- Contar anos completos entre início e término do vínculo.

- Não considerar períodos concomitantes.

c) Justificativa:

- Atende ao princípio do julgamento objetivo (Lei 14.133/2021, art. 5º).
- Evita subjetividade e garante isonomia.

## 6) Critério: Experiência e Capacidade Técnico-Operacional da Licitante (30 pontos)

Fundamento legal: art. 37, I. Justificativa técnica: experiência indica capacidade de execução de serviços de consultoria complexos. Pontuação graduada por quantidade e pertinência; somatório permitido.

Referências TCU: Acórdão 1134/2015-Plenário (cautela com progressões excessivas por número de atestados); Acórdão 769/2013-Plenário (necessidade de critérios de gradação);

### 6.1 Atestados plenamente pertinentes

Serviços diretamente relacionados:

- logística internacional de bens/bagagens;
- otimização de cadeias globais;
- modelagem de processos licitatórios complexos (Lei 14.133)
- gestão/fiscalização contratual com riscos internacionais.

Quantidade de atestados	Critérios para avaliação	Pontuação
1 atestado	Conforme item 6.4	15
2 atestados		25
≥ 3 atestados		30

### 6.2 Atestados parcialmente relacionados

Serviços de consultoria com relação indireta:

- logística nacional,
- gestão administrativa,
- análise de custos,
- governança contratual sem foco em transporte internacional, etc.

Quantidade de atestados	Critérios para avaliação	Pontuação
-------------------------	--------------------------	-----------

1 atestado	Conforme item 6.4.	5
2 atestados		10
≥ 3 atestados		15

### 6.3 Regra de combinação e limite de pontuação

Quando houver atestados plenamente pertinentes e parcialmente relacionados, as pontuações serão somadas até 30 pontos.

Exemplos: 1 plenamente pertinente (15) + 2 parcialmente relacionados (10) = 25; 2 plenamente pertinentes (25) + 1 parcialmente relacionado (5) = 30 (máximo).

Somatório de atestados: permitido, sem limite de documentos, desde que pertinentes; vedação ao somatório apenas mediante justificativa técnica robusta por complexidade incontestável (entendimento TCU).

### 6.4 Critérios para Avaliação de Atestados

a) Requisitos mínimos para aceitação do atestado:

- Emitido por pessoa jurídica contratante (não será aceita autodeclaração da licitante).
- Deve conter:
  - Razão social e CNPJ do contratante;
  - Assinatura do responsável;
  - Período de execução (datas de início e término);
  - Descrição detalhada do objeto executado;
  - Declaração de execução satisfatória.
- Forma de validação: conferência documental pela comissão, sem interpretação subjetiva.

b) Critérios de pertinência (taxativo):

- Plenamente pertinente: serviços diretamente relacionados ao objeto do edital
  - logística internacional;
  - modelagem de processos licitatórios complexos (considerados aqueles que envolvem, pelo menos, duas áreas do conhecimento);
  - gestão contratual com riscos internacionais.
- Parcialmente relacionado: serviços com relação indireta
  - logística nacional;
  - governança contratual sem foco internacional.



- Não pertinente: não pontua.
- Justificativa: evita subjetividade na análise de “similaridade”, garantindo julgamento objetivo.

c) Regra de combinação: somatório permitido até 30 pontos (ex.: 1 plenamente pertinente + 2 parcialmente relacionados = 25 pontos).

- Justificativa: garante proporcionalidade e evita progressões excessivas (TCU Acórdão 1134/2015-Plenário).

d) Quanto à experiência mínima, ressalta-se a exigência disposta no Termo de Referência 1/2026, conforme transcrição abaixo:

- “Qualificação Técnico-Operacional

*9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

*9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:*

*9.41.1.1. contrato(s) que comprove(m) a **experiência mínima de 2 (dois) anos** do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;”*

## 7) Governança da Banca Técnica

Composição: mínimo de 3 membros (art. 37, §1º), podendo incluir servidores e especialistas externos sob supervisão de agente público.

Processo: avaliação individual com rubricas; justificativas obrigatórias por quesito (relatório circunstanciado); consolidação por média; registro em ata; forma eletrônica; modo fechado; gestão de impedimentos.

Referências TCU: Acórdão 1257/2023-Plenário (relatório circunstanciado; critérios detalhados); Acórdão 700/2012-Plenário (fundamentação ponto a ponto); Acórdão 769/2013-Plenário (graduação de notas).

## 8) Referências normativas e jurisprudenciais

Lei nº 14.133/2021: arts. 36 e 37; IN SEGES/MGI nº 2/2023.

TCU: Acórdãos 7695/2024-2ª Câmara; 1257/2023-Plenário; 2108/2020-Plenário; 364/2020-Plenário; 3750/2019-1ª Câmara; 508/2018-Plenário; 5233/2017-1ª Câmara;

607/2017-Plenário; 1348/2017-Plenário; 1134/2015-Plenário; 479/2015-Plenário;  
769/2013-Plenário; 700/2012-Plenário.